

## MEMORIALIZAÇÃO DO PASSADO: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O MUSEU MUNICIPAL AGOSTINHO MARTHA EM GRAVATAÍ-RS

Helena Thomassim Medeiros (UFPel)<sup>1</sup>  
Daniel Maurício Viana de Souza (UFPel)<sup>2</sup>  
Diego Lemos Ribeiro (UFPel)<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente artigo faz parte de uma pesquisa em desenvolvimento. Introduzimos aqui uma breve discussão sobre o Museu Municipal Agostinho Martha. Essa instituição está localizada na cidade de Gravataí, no Rio Grande do Sul. Sua missão é pesquisar, coletar e divulgar a história do município. É um museu de pequeno porte, único espaço museal de uma das cidades com povoamento mais antigo do Estado, além de uma das maiores economias deste. Passando por diversos períodos de reformulação e fechamento, o museu é uma das ferramentas para a construção de um discurso sobre a história do município, sendo parte de um processo de memorialização e de enquadramento da memória. Neste texto, visamos apresentar esse local, sua trajetória — a partir de uma percepção vinculada também à história dos museus — e apontar alguns aspectos quanto a esse processo de seleção do passado.

**Palavras-Chave:** Memorialização. Enquadramento da memória. História dos museus. Gravataí. Museu Municipal Agostinho Martha.

### PAST MEMORIALIZATION A BRIEF ANALYSIS OF THE MUSEU MUNICIPAL AGOSTINHO MARTHA IN GRAVATAÍ-RS

**ABSTRACT:** *This article is part of a research in progress. We introduce here a brief discussion about the Museu Municipal Agostinho Martha. The institution is located in Gravataí city, in Rio Grande do Sul. Its mission is to research, collect and disseminate the history of the municipality. It is a small museum and the only museum space in one of the cities with the oldest population in the State, in addition to one of the largest economies in the region. Going through several periods of reformulation and closing, the museum is one of the tools for the construction of a discourse on the history of the municipality, being part of a process of memorialization and memory framing. In this text we aim to present this place, its trajectory — from a perception also linked to museum's history — and to point out some aspects regarding this selection process of the past.*

**Keywords:** *Memorialization. Memory framing. Museum's History. Gravataí. Museu Municipal Agostinho Martha.*

<sup>1</sup> Museóloga, doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Bolsista CAPES. (51) 99204-6895. Helena\_tm@outlook.com

<sup>2</sup> Museólogo, doutor em Sociologia, professor titular da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). (53) 98156-7308. danielmvsouza@gmail.com

<sup>3</sup> Museólogo, doutor em Arqueologia, professor titular da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). (53) 99155-5039. dlrmuseologo@yahoo.com.br

## **MEMORIALIZAÇÃO DO PASSADO: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O MUSEU MUNICIPAL AGOSTINHO MARTHA EM GRAVATAÍ-RS**

### **1 INTRODUÇÃO**

Gravataí é uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre, representa uma das maiores economias do Rio Grande do Sul. É um polo industrial, porém, a maior parte de sua população localiza-se na zona rural. O município começou a ser povoado por imigrantes europeus ainda no século XVIII, quando a região pertencia à cidade de Viamão, uma das mais antigas do estado. Quando a capital gaúcha se emancipou, o território de Gravataí tornou-se porto-alegrense.

A cidade foi emancipada em 1880 do território de Porto Alegre, contudo, tem uma grande importância para a história do Rio Grande do Sul: apresenta sítios arqueológicos onde foram encontrados artefatos que aludem à ocupação deste território por povos originários; foi um ponto comercial de tropeiros; recebeu indígenas Guarani após as Guerras Guaraníticas; possui fortes elementos da presença negra e de sua resistência através de espaços de sociabilidade no município e dos Quilombos Manoel Barbosa e Paredão (localizados na divisa entre Gravataí e Taquara).

Apesar de diversos fatos relacionados à história estadual e federal terem ocorrido no município, a cidade apresenta um número limitado de equipamentos culturais. Salvo instituições particulares e agentes culturais que tentam mantê-los ativos, identificamos situações problemáticas para a preservação e promoção dos patrimônios locais. Além disso, observamos a existência de bens dotados de patrimonialidade, mas que, talvez por representarem memórias marginalizadas, ainda não são reconhecidos como tal.

Em 1994, foi criada a Fundação Municipal de Arte de Cultura (FUNDARC), que foi o órgão responsável pela gestão dos cinco equipamentos culturais públicos de Gravataí. Esses locais seriam a Biblioteca Pública Monteiro Lobato (criada em 1966), o Museu Municipal Agostinho Martha de 1974 (ao qual foi agrupado o Arquivo Histórico Antônio Soares da Fonseca em 2003), o Quiosque da Cultura (inaugurado em 2011), o Parque Municipal de Eventos (vendido para a iniciativa privada em 2019) e o Cineteatro (cujo antigo prédio tem previsão de ser demolido).

No ano de 2017, ocorreu a extinção da FUNDARC, e os três equipamentos culturais remanescentes — Biblioteca, Museu e Arquivo, Quiosque da Cultura — foram colocados aos cuidados da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (SMCEL).

Até o presente, o único espaço museológico da cidade é o Museu Municipal Agostinho Martha, fechado em 2019 para captação de recursos de uma reforma, mas sem previsão de reabertura. O acervo

da instituição foi levado para o Centro Administrativo Leste, onde encontra-se a sede da SMCEL. Alguns objetos estão distribuídos em locais públicos da cidade e, atualmente, a instituição tem em seu quadro dois funcionários para atender às demandas do Museu e do Arquivo Histórico.

O Museu Municipal Agostinho Martha funciona junto com o Arquivo Histórico Antônio Soares da Fonseca, além de ser o único espaço museal da cidade, é o local responsável pela preservação e promoção do patrimônio histórico do município. Essa instituição é o maior referencial em pesquisa de cunho histórico da cidade, contendo em seu acervo peças doadas por moradores e recolhidas, desde a década de 1970, por Jorge Rosa, autodidata que criou o museu e escreveu o livro “História de Gravataí”, publicado em 1987. Até hoje, essa publicação é uma das principais referências sobre a cidade.

O processo de memorialização faz uso de seleções de narrativas do passado que representam a construção de uma imagem, servindo aos interesses e demandas do presente. Tendo em vista a importância do museu — como um dos principais articuladores e agentes culturais para a identificação e preservação dos bens de Gravataí —, percebemos que sua existência desempenha um papel enquanto sociotransmissor<sup>4</sup> de memórias.

O presente artigo visa apresentar um panorama sobre o Museu Municipal Agostinho Martha e sua história, além de problematizar alguns processos de enquadramento de memórias utilizadas para representar o passado desta cidade e de seus habitantes.

A metodologia consiste em uma revisão bibliográfica, tendo como um dos elementos de base as dissertações de Luciano Souza Costa e Antonio Gabriel Vergara, que trabalharam a história do município e que problematizam a representação indígena e negra nesse processo. Além disso, fez-se uso da pesquisa documental, baseada em leis municipais referentes ao patrimônio, e na documentação apresentada no livro tombo do espaço museal analisado.

## 2 MEMORIALIZAÇÃO DO PASSADO

O processo de memorialização relaciona-se aos meios de continuidade de uma memória vinculada à representação de um grupo. Assim como a patrimonialização e musealização, esses conceitos encontram-se na encruzilhada entre a memória e o esquecimento, posto que se vinculam a um processo de seleção.

Schidel (2009) comenta que “*La memorialización implica un impulso activo y una voluntad de incidencia política y a diferencia de la memoria [...]*” (SCHIDEL, 2009, p. 66–67). Sendo a memória uma faculdade individual, ela é transmitida por meio de discursos e narrativas sobre o passado. Dentro desses mecanismos de perpetuação de memória, está a eleição de patrimônios e símbolos da identidade de um povo. Compreendendo que

---

<sup>4</sup> Termo cunhado por Candau (2016), utilizado para se referir a pessoas e mecanismos sociais responsáveis por fazer a ligação entre memória e identidade em um determinado grupo, construindo e reforçando uma narrativa, assim como as transmissões sinápticas.

[...] o passado presentifica-se em um gesto, em uma reminiscência ou lembrança que eclode na releitura de um mito, na presença de um objeto que nos evoca um tempo que já não é o nosso, mas que contribuiu de modo efetivo para que sejamos o que somos (ROSÁRIO, 2002, p. 04).

Os museus estão inseridos nessa lógica, na medida em que é neles que ocorre o fato museal,<sup>5</sup> ademais, é nesses espaços que são construídas e apresentadas narrativas sobre o passado simultaneamente. Contudo, “[...] são lugares da memorização, tanto quanto do esquecimento; são orientados para a consagração, valorização e preservação da herança patrimonial, mas também evidenciam preconceitos e dogmas [...]” (BRUNO, 2006, p. 121).

Os primeiros museus do Brasil possuíam caráter enciclopédico, abordando as riquezas naturais. Segundo Julião (2014), em 1922, a criação do Museu Histórico Nacional (MHN) trouxe a ideia do museu enquanto instrumento para a educação do cidadão republicano, compatível com uma nação civilizada e patriota.

O MHN teve seu modelo transplantado para outras instituições e contribuiu para a museologia no País, posto que o primeiro curso da área — do qual Barroso foi o fundador — funcionou nesse local de 1932 a 1979, privilegiando uma história oficial muito vinculada ao papel das elites.

Apesar de o MHN ter perdido seu espaço na coordenação dos museus, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) perpetuou alguns de seus princípios, como a abordagem de fatos e personagens excepcionais, a preponderância dos critérios estético e de raridade na formação das coleções, a história tratada sob a óptica das elites e do Estado e a ideia de que os museus deveriam educar o povo, preparando-o para o progresso e civilização.

Foi somente nos anos de 1960 que, seguindo exemplos internacionais, começou a se perceber a atuação do SPHAN como técnica e elitista. Vinculadas a essas mudanças na percepção de museu, estavam o processo de redemocratização do País, tendo repercussão na Constituição de 1988, desenvolvendo avanços como

[...] o reconhecimento de diferentes grupos sociais como sujeitos com direito à memória, a ampliação da noção de patrimônio, a participação das comunidades no processo de preservação e a diversificação tipológica dos bens preservados (JULIÃO, 2006, p. 24).

Pomian (1984) destaca o importante papel das coleções nas relações de poder, sendo sua trajetória vinculada a uma percepção de materialidade enquanto mecanismo de ligação entre o visível e o invisível. Para o autor, haveria uma distinção entre as coisas e os semióforos, sendo o primeiro vinculado

---

<sup>5</sup> Conceito de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri que representa “[...] a relação profunda entre o homem, sujeito conhecedor, e o objeto, parte da realidade à qual o homem igualmente pertence e sobre a qual tem o poder de agir” (GUARNIERI, 1981. *Apud* GUARNIERI, [1983], 2010, p.127).

ao uso prático e o segundo aos itens que “[...] representam o invisível, são *dotados de um significado*; não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura” (POMIAN, 1984, p.71, grifo do autor).

Dentro dessa perspectiva, “ao colocar objectos nos museus expõem-se ao olhar não só do presente, mas também das gerações futuras, como dantes se expunham outros ao dos deuses” (POMIAN, 1984, p. 84).

Mirce Eliade (1992), ao distinguir o tempo profano e sagrado, comenta que o primeiro se vincula ao cotidiano, ao tempo linear, passado, presente e futuro. Quanto ao segundo, diz que tempo sagrado é reatualizado. Festas e celebrações permitiriam que experimentássemos o tempo sagrado e saíssemos do tempo histórico, no qual corremos o risco do esquecimento. Sendo assim, seria possível “parar” o tempo histórico por meio dos ritos que ligam o homem ao sagrado, e o museu teria um importante papel dentro desse contexto.

Pollack (1992) traz o conceito de “trabalho de enquadramento da memória”, no qual privilegamos uma perspectiva do passado em detrimento de outra, a fim de, muitas vezes, construir uma imagem hegemônica. Ao selecionarmos um bem e o “elevamos” a categoria de patrimônio escolhemos uma perspectiva, selecionamos o que queremos transpor ao “tempo sagrado”.

Assim, podemos compreender que o espaço museal está imerso em significados e representações. Todavia, Chagas ressalta que

[...] onde há memória há poder e onde há poder há exercício de construção de memória. Memória e poder exigem-se. O exercício do poder constitui “lugares de memória” que, por sua vez, são dotados de poder. [...] o jogo da memória e do poder está presente, e em consequência participam do jogo o esquecimento e a resistência (CHAGAS, 2002, p. 69).

O Museu Municipal Agostinho Martha foi criado ainda durante o período de ditadura militar, década de 1970, e segue um modelo similar ao de tantos outros museus históricos, transplantados ainda do MHN, sendo, de certa forma, herdeiro da história dos museus e das percepções do patrimônio enquanto monumento.

### **3 MUSEU MUNICIPAL AGOSTINHO MARTHA**

A história da instituição inicia em meados de 1970, quando o autodidata Jorge Rosa começa a reunir objetos que contam a história de seu município, que é uma das mais antigas povoações do Estado. Seus esforços acabam por mobilizar a prefeitura e, em 1974, ele ajudou a fundar o Museu Municipal.<sup>6</sup> Entretanto, a titulação de museu veio sem sede própria, fazendo com que o acervo fosse transferido

---

<sup>6</sup> Mais informações em: GRAVATAÍ, *Lei Ordinária nº 1217/1974 de 30 de Julho de 1974*. Cria o Museu Histórico Municipal. Gravataí: Prefeitura Municipal de Gravataí, 1974. Disponível em: <<https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-1217-1974-243539/texto:consolidado>>. Acesso em: 10 de set. de 2022.

diversa vezes até que, em 1985, o museu tomou posse de um sobrado construído em 1826, no centro de Gravataí.

Sua sede, apesar de fechada desde 2019, localiza-se na Rua Nossa Senhora dos Anjos, nº 541, no centro de Gravataí, sendo composta por dois prédios, ambos tombados pela prefeitura em 2005<sup>7</sup> (Figura 1). Na documentação que registra esse bem como patrimônio, consta o seu uso para fins residenciais de diferentes proprietários, sendo adquirido pela prefeitura em 1985 para ser a sede do museu. Suas características arquitetônicas são assinaladas como provenientes de um estilo colonial português.

Figura 1 - Prédio do museu em 2022.



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2022).

O nome da instituição é oriundo de seu patrono Agostinho Martha, que era um pesquisador da história local, e, também, devido às doações de um de seus filhos para o acervo do museu. Dohman (2010) coloca que o objeto pode ser entendido como uma extensão do ser, que materializa a existência deste, ao mesmo tempo, “[...] sinalizando outro mundo permeado pelo sentido, no qual desperta o signo, sempre transformado no espetáculo de uma função” (DOHMAN, 2010, p.76). Sendo assim, tal acervo poderia representar uma forma de inserção na narrativa oficial da cidade, como um modo de imortalizar uma pessoa.

Em 1997 ocorreu um incêndio no museu, causado por um curto-circuito<sup>8</sup> na rede elétrica, que não sofria manutenção a um longo período. Nesse incidente, metade do prédio foi danificado e cerca de 70% do acervo foi destruído ou sofreu danos.

A partir de então, o museu voltou a ficar sem sede própria, sendo o prédio devolvido em 2009, após 12 anos fechado. Uma segunda reforma ocorreu em 2010, dessa vez em seu anexo (Figura 2), para

<sup>7</sup> Mais informações em: GRAVATAÍ, *Decreto nº 7.048, de 21 de julho de 2005*. Constituem Patrimônio Cultural e Material, para fins de tombamento, bens imóveis e arqueológicos municipais. Gravataí: Prefeitura Municipal de Gravataí, 2004.

<sup>8</sup> Essa informação baseia-se em relatos verbais obtidos em 2013, ano em que a autora estagiou na instituição.

a conservação dos objetos de origem da zona rural da cidade. As peças em questão representariam um importante aspecto da história do município que ainda é, em sua maior parte, rural. Poderíamos, inclusive, associá-las a uma perspectiva da história vista de baixo,<sup>9</sup> no sentido de serem uma alegoria às massas de trabalhadores.

Figura 2 - Antigo anexo do museu.



Fonte: Acervo fotográfico do Museu Municipal Agostinho Martha.

No ano de 2003, parte do Arquivo Histórico Municipal — criado pela lei ordinária nº 413/1989, de 18 de abril de 1989 — foi incorporado, sendo transferidos para o museu documentos guardados desde 1896. Nesse mesmo ano, essa instituição passa a ser denominada Arquivo Histórico Antônio Soares da Fonseca, nome que homenageia o escrivão municipal que doou diversos itens ao museu.

O acervo é composto por objetos que contam a história da cidade e região do vale de Gravataí, formado por peças de cerâmica indígena, quadros de figuras públicas da cidade, fotos, documentos da história do local e objetos do cotidiano dos moradores (Figura 3), como eletrodomésticos, móveis, louças, itens escolares, ferramentas de trabalho e comunicação.

---

<sup>9</sup> Conceito cunhado pelo historiador Edward Thompson, que designa uma corrente teórica que busca visibilizar a história de uma perspectiva das classes populares. Mais informações em: SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita a história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p.39–62. Disponível em: <<http://www.edufrn.ufrn.br/bitstream/123456789/1369/1/A%20Hist%C3%B3ria%20vista%20de%20baixo.%20A%20Escrita%20da%20Hist%C3%B3ria.%20BURKE%2C%20Peter%20%28org.%29%2C%20SHARPE%2C%20Jim.%201992..pdf>>. Acesso em 25 de nov. de 2022.

Figura 3 - Acervo do museu em 2013.



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2013).

O Arquivo tem seu acervo formado por jornais, fotografias, revistas, documentos oficiais com suporte em papel e filmes em VHS. Destaca-se, como uma de suas raridades, a preservação de todas as edições do jornal “O Gravataiense”, que teve sua primeira edição em 8 de março de 1952 e encerrou suas atividades em 1967.

O Museu Municipal Agostinho Martha e o Arquivo Histórico Antônio Soares da Fonseca possuem um viés histórico, abrigando documentos e objetos que objetivam narrar a trajetória do município de Gravataí. Hoje, os dois compõem uma instituição de pequeno porte, que recebe verba municipal e está vinculada à SMCEL. Atualmente, esse é o único espaço museal da cidade, além de ser nele que se encontram os registros dos bens patrimoniais do município.

A instituição não possui museólogos ou mesmo um plano museológico. É uma organização sem fins lucrativos, que não possui associação de amigos. Sua missão é pesquisar, coletar e divulgar a história do município de Gravataí. Atualmente seus únicos funcionários são o coordenador do local, que é um cargo de confiança, e a historiadora Maria Inês Guillox Leal.

Em 2019, o local foi fechado para dar início a um processo de reforma que se encontra em fase de captação de recursos, sem previsão de devolução da sede. Retirou-se, da praça em frente ao museu, o anexo (Figura 4), que mantinha objetos de uso agrícola e representava a zona rural de Gravataí. No ano de 2020, em meio à pandemia da covid-19, foi colocado nesse local a imagem de uma santa católica, Nossa Senhora dos Anjos, padroeira da cidade.

Figura 4 - Praça em frente ao museu.



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2022).

O acervo, salvo pequenas exceções, foi levado para a sede da SMCEL e, em 2022, ganhou uma sala de exposição nesse mesmo prédio, no Centro Administrativo Leste. Porém, o local tombado que abrigava o museu ainda não tem previsão de restauração.

A instituição desenvolve um projeto permanente, desde 1987, chamado “Circuito Cultural”, geralmente agendado por escolas ao longo do ano. O projeto consiste em uma caminhada pelo centro da cidade, passando por pontos históricos, e é guiada por um dos funcionários do espaço museal. Ela iniciava com uma visita ao Museu Municipal, passando pela Fonte do Forno (local em que ocorria o abastecimento de água), Igreja Matriz, Praça Principal, Prefeitura e terminava no Quiosque de Cultura.

Segundo Vergara (2012, p. 100), o percurso e a narrativa construídos pela instituição são uma das bases para a criação de um imaginário sobre a origem de Gravataí. Em conjunto com os livros sobre a cidade, o Circuito Cultural teria perpetuado uma perspectiva voltada para uma herança açoriana e indígena missioneira, ou seja, a partir da chegada dos guaranis já cristianizados.

Estando em consonância com o que Smith (2009) descreve como *authorized heritage discourse* – ou discurso autorizado do patrimônio –, essa construção exclui narrativas dissonantes a fim de gerar uma imagem “confortável” sobre o passado, assimilando a perspectiva dos grupos dominantes.

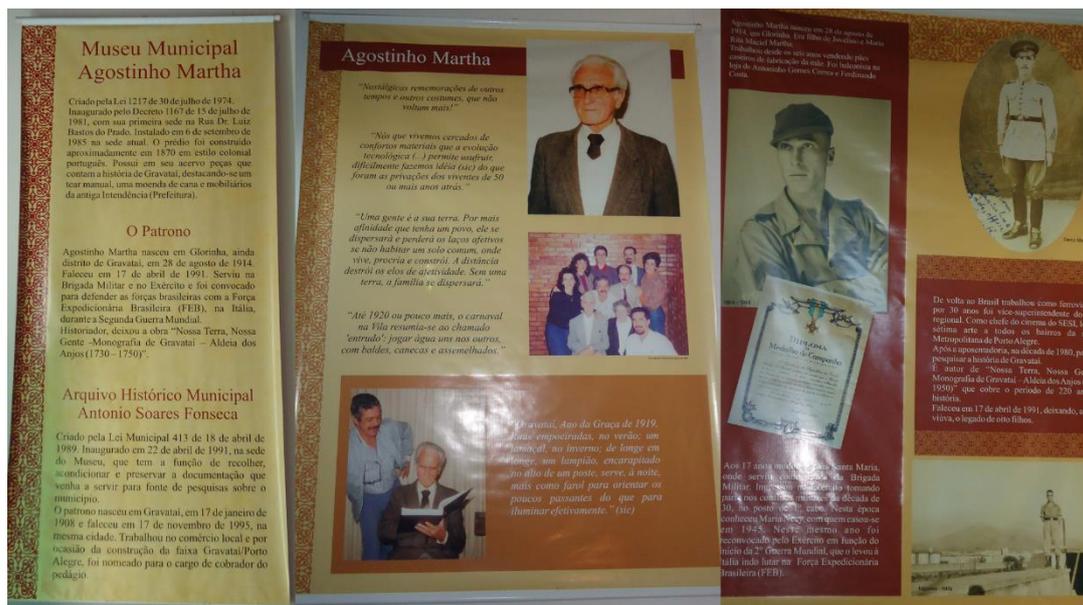
## 4 MUSEU AGOSTINHO MARTHA: DISCUSSÕES SOBRE O TEMA

Apesar de o Museu Municipal Agostinho Martha ser a única instituição museológica da cidade de Gravataí e de objetivar narrar sua história, notamos alguns temas conflitantes em seu processo de construção. O primeiro ponto que chama a atenção é seu nome, uma homenagem a um pesquisador e doador, não a Jorge Rosa, responsável pela coleta de acervo e diretor da instituição durante muitos anos.

Um dos poucos trabalhos acadêmicos encontrados que abordam a temática do museu é de autoria de Antonio G. Vergara, a dissertação “Invisibilidade/visibilidade: o guarani pré-colonial em Gravataí?”. O autor comenta que Jorge Rosa, nascido em 1924, “foi capataz da granja São Luiz durante 12 anos, também na cidade. Fundou o grupo de Terno de Reis, Cancioneiro Celeste, onde atuou por mais de 40 anos, até o seu falecimento em 2005” (VERGARA, 2012, p. 84). Jorge Rosa é autor do livro “História de Gravataí”, datado de 1987, uma das principais referências para quem estuda a região.

Agostinho Martha e Antônio Soares da Fonseca — posteriormente homenageados nos nomes do Museu Municipal e do Arquivo Histórico — eram homens mais “letrados”, por assim dizer. O museu apresenta a trajetória de vida de seu patrono em três (Figura 5) dos cerca de dezoito *banners* que compunham a exposição na antiga sede. Segundo esses dados, Agostinho Martha nasceu em 1914 e faleceu em 1991, serviu na Brigada Militar aos 17 anos e ingressou no exército brasileiro, trabalhou como ferroviário e vice-superintendente do Serviço Social da Indústria (SESI) regional. Aposentou-se na década de 1980, período em que passou a pesquisar sobre a história de Gravataí, escrevendo a monografia “Nossa Terra, Nossa Gente”, que foi publicada em 2022.

Figura 5 - *Banners* relacionados a Agostinho Martha.



Fonte: Acervo fotográfico do Museu Municipal Agostinho Martha.

O segundo, Antônio Soares da Fonseca, foi escrivão da cidade, trabalhou no comércio e foi nomeado cobrador do pedágio criado entre Gravataí e Porto Alegre. Nasceu em 1889 e faleceu em 1991. Ambos, Agostinho Martha e Antônio Soares da Fonseca, foram importantes doadores dos itens do museu.

Jorge Rosa foi o primeiro diretor da instituição que teve seu acervo organizado, segundo Vergara (2012), a partir de 1981. O autor comenta que, antes do incêndio de 1997,

[...] a exposição do museu era algo que ainda reproduzia aqueles fortes laços com o tradicionalismo gaúcho ou, por assim dizer, uma ligação forte com o discurso oficial da época. A História contada era aquela feita através daqueles objetos antigos muitos deles relacionados com o trabalho no campo ou oriundos das antigas residências da elite local (VERGARA, 2012, p. 88).

Retomando o que citamos anteriormente, sobre as transformações no campo museológico, o autor ressalta que

Enquanto na esfera nacional, os museus estavam passando por uma crise, sendo reconhecido como instituições de discursos fechados e espaços de preservação da cultura das elites, o museu de Gravataí dava seus primeiros passos rumo ao colecionismo. O período entre 1974/88 e 1992/97 pode ser considerado o tempo das coleções, as quais mantinham vínculos com personagens históricos locais e figuras políticas regionais (VERGARA, 2012, p. 89).

Esse fato retoma a discussão quanto à história dos museus e à herança deixada por uma visão saudosista e monumentalista do passado. Antes da sede do museu ser fechada, em 2019, ainda era possível ver nichos expográficos dedicados a figuras públicas, principalmente políticas, da região.

Figura 6 - Imagem da exposição do Museu Municipal Agostinho Martha.



Fonte: Acervo fotográfico do Museu Municipal Agostinho Martha.

Vergara (2012) relata que, em 2001, enquanto era estagiário da instituição, encontrou na reserva técnica peças arqueológicas indígenas que não eram expostas pelo museu. Posto que a narrativa da instituição iniciava a partir da perspectiva do guarani cristianizado, proveniente da região das Missões, que veio para este povoamento após as guerras guaraníticas.

A presença indígena contida nas cerâmicas faz parte do processo de construção da memória coletiva do município, que ao longo dos anos enfrentou o apagamento entre as múltiplas memórias contidas na História local (como os alemães e açorianos). Esse enfrentamento ocorre na esfera pública (museu) galgando espaços entre os discursos hegemônicos presentes no conjunto social (VERGARA, 2012, p. 96).

As peças teriam sido doações de moradores, mas sabe-se que sítios arqueológicos já foram encontrados na cidade. Segundo o autor:

[...] temos indicativos de que a região onde hoje se encontra o atual município de Gravataí corresponde às áreas apontadas como sendo de ocupação por grupos guarani a, pelo menos, um milênio. [...] é de se supor que na região as evidências materiais relacionadas à ocupação guarani pré-colonial sejam abundantes. Contudo, como demonstrado, a falta de estudos arqueológicos não permitiu ainda a sua devida identificação. Isto não impede, contudo, que o passado indígena não seja, eventualmente, reconhecido na cidade (VERGARA, 2012, p. 77–78).

O autor dá indícios de que o fato de tais objetos terem sido entregues pela população seria um indicativo contrário à história oficial, tendo em vista que essas materialidades eram identificadas por membros da comunidade como parte de sua história e, por isso, doadas ao museu. Tal perspectiva corrobora com a ideia de que “[...] *quien guarda algo em realidad no lo guarda sólo para sí y para su propia memoria, sino que, potencialmente, lo guarda para cualquier otro sujeto capaz de comprender — en el futuro — el sentido de ese objeto*” (MENDOZA, 2005, p. 219).

Luciano Souza da Costa, em sua dissertação “Anastácia, Manuel Barbosa e Ferreira Fialho, famílias e territórios negros: tradição e dinâmica territorial em Gravataí e Viamão, RS”, foca sua pesquisa na análise de três quilombos na região. Contudo, menciona as relações de ancestralidade e o apagamento dos povos indígenas, colocando que

As histórias de antepassados indígenas haviam passado para alguns grupos familiares [...] e não mantinham relatos de detalhes sobre o suposto passado indígena; por mais que essa matriz indígena esteja ou possa estar incorporada a muitas de suas práticas e saberes (COSTA, 2007, p. 10).

O território de Gravataí já era ocupado por povos indígenas antes da chegada dos sesmeiros. Costa (2007) comenta que, posterior a esse período, para os indígenas permanecerem na comunidade, era necessário que deixassem sua herança cultural. O autor ressalta que

Uma das pistas para o “desaparecimento” dos índios do aldeamento poderia estar nos registros cartoriais. [...] registros de nascimentos dos descendentes de brancos com índios consideravam estes filhos como brancos a partir da segunda geração (COSTA, 2007, p. 30).

Em 2009, com a reabertura do museu, essas peças (Figura 7) e a história do guarani pré-colonial foram expostas na primeira sala, logo em sua entrada. E, em 2022, elas se mantêm em exposição na sala cedida temporariamente ao museu, no Centro Administrativo Leste.

Figura 7 - Igaçabas em 2022.



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2022).

Como dito anteriormente, o Museu Municipal Agostinho Martha torna-se, também, um herdeiro de uma ideia de museu desenvolvida há muitos anos. Vemos a abordagem de fatos e personagens excepcionais, principalmente em relação ao patrono da instituição.

Pode-se dizer que se mantém a preponderância dos critérios estético e de raridade na formação das coleções, tendo em vista que, como não há política de aquisição, aceita-se doações de peças que não sejam “repetidas”<sup>10</sup>.

Em 2022, na ocasião da abertura da sala provisória para exposição, estiveram em destaque, no centro da sala, peças doadas recentemente (Figura 8). As esculturas são de um artista herdeiro de família abastada da cidade, já falecido, cuja irmã doou as obras para o museu. Essa notícia nos chama a atenção pelo cunho da instituição, que tem caráter histórico, e pela colisão de acontecimentos, ou seja, a reabertura da exposição no mesmo momento em que as peças são entregues.

<sup>10</sup> Informação transmitida através de relato verbal, em conversa informal com os funcionários da instituição.

Figura 8 - Esculturas no museu.



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2022).

A história é tratada sob a óptica das elites e do Estado? Podemos dizer que sim, tendo em vista todos os fatos relatados acima. De acordo com Vergara (2012), em sua análise sobre a trajetória do museu, no final das décadas de 1980 e 1990, o Instituto Cultural Português incentiva as cidades que receberam ocupação açoriana.

Havia uma cooperação de cunho cultural e financeiro por parte dos Açores para instrumentalizar casas de cultura e museus. A cooperação cultural se dava no sentido de equipar as salas açorianas que existiam com bibliografia acerca do arquipélago e, em contrapartida, os municípios “escavavam” na sua História movimentos culturais que os aproximavam das ilhas como, por exemplo, as festas do Divino Espírito Santo [...] (VERGARA, 2012, p. 98).

Nesse período, o museu apresentava uma sala exclusivamente dedicada a essa herança açoriana. Coincidentemente, encontramos diversos trabalhos que falam sobre a Festa do Divino na cidade, entre elas, a dissertação de Jairton Ortiz da Cruz (2014), mencionando que a festividade parou de acontecer em 1973 e foi retomada em 2002.

Em 2003, a Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS) passou a funcionar em Gravataí, ocupando um casarão tombado em 2004 na esfera municipal. Em entrevista concedida à CAERGS, em 2022, Iuri Camargo – no período em questão, secretário municipal adjunto de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Gravataí (SMDET) e coordenador regional de turismo do Delta do Jacuí – fala sobre as perspectivas futuras para a cultura da cidade. De acordo com ele “[...] a

gente vai vender sim o Vale do Gravataí como potencial açoriano [...] fizeram um teste, fizeram um radar aqui e apontou a Casa dos Açores e a açorianidade como o principal ativo cultural da região [...]” (CAMARGO, 2022, inf. verb.).

Em 2022, o primeiro patrimônio imaterial de Gravataí foi decretado, sendo este a festividade do Terno de Reis,<sup>11</sup> vinculada, segundo Cruz (2014, p. 33), à herança trazida pelos colonizadores açorianos.

Retomando a esfera de discussão do Museu Municipal Agostinho Martha, Vergara aponta que

Além da memória açoriana envolvida nesse embate dentro do museu, tem-se também a cristalização do guarani missioneiro (cristianizado). Esse congelamento se deu de várias formas, através dos livros e, principalmente, por meio da oralidade presente no Circuito Cultural (VERGARA, 2012, p. 100).

Nesse sentido, retomam-se valores ligados a uma herança europeia, católica e que faz parte de uma elite histórica. Contudo, podemos dizer que o museu tenta incluir outras perspectivas, como a das pessoas escravizadas e de grupos indígenas que habitaram a região, posto que é mantida, na exposição temporário, um nicho para cada uma dessas temáticas. Contudo, há muito a se fazer para que essas narrativas sobre o passado não sejam apenas peças de museu, mas que, de fato, contem histórias e representem sua população.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que, em Gravataí, assim como em muitos locais no Brasil e no mundo, o recorte histórico, patrimonial e religioso mais valorado pelo poder público não necessariamente representa sua população. Há lacunas históricas, confrontos de interesse e processos de dominação que ressoam no desuso e na falta de identificação com aparato cultural da cidade.

Infelizmente, uma década se passou desde a publicação da dissertação de Antonio Vergara, e o cenário que temos ainda é complexo. O museu está novamente fechado, tentando se manter em um local temporário, ainda sem plano museológico ou política institucional que deixe claro, por exemplo, seus critérios de aquisição, e com apenas uma historiadora encarregada pelo acervo que representa a história de Gravataí.

Os discursos sobre o passado também são problemáticos. Em 2012, Vergara levantava a ideia de que o discurso museológico e patrimonial da cidade se vinculava às elites, à herança europeia – principalmente açoriana –, católica. A imagem de uma origem indígena, quando aparece, está relacionada ao guarani cristianizado. Nos anos que se seguiram à dissertação de Vergara, pode-se observar diversas

---

<sup>11</sup> Mais informações em: GRAVATAÍ, *Lei nº 4535, de 26 de agosto de 2022*. Tomba como patrimônio cultural imaterial do Município de Gravataí os festejos de Ternos de Reis e institui no calendário Municipal a semana do Terno de Reis a ser comemorado anualmente em Gravataí e dá outras providências. Gravataí: Câmara Municipal de Gravataí, 2022. Disponível em: <<https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-4535-2022-313533>>. Acesso em: 25 de nov. de 2022.

ações relacionadas ao patrimônio da cidade serem tomadas de forma quase que autoritária, atuando para reforçar os discursos autorizados.

A Rodoviária Municipal, listada como um edifício de interesse histórico, foi destruída da noite para o dia em 2015. A Fonte do Forno, também tombado em 2005 na esfera municipal, não tem mais água. As pedras coloridas históricas, possivelmente portuguesas, das calçadas no centro da cidade foram retiradas. Em 2019, foi colocada na entrada de Gravataí uma Cruz Missioneira e, em 2020, a imagem de Nossa Senhora dos Anjos foi posicionada na praça em que, antes, estava o anexo do museu, ambos importantes pontos de acesso ao centro do município. Até a primeira metade de 2022 não havia representantes nem grupos de articulação na setorial de patrimônio do Conselho Municipal de Política Cultural.

As ações listadas, bem como a história do Museu Municipal Agostinho Martha, nos levam de volta à questão da memorialização. Se, em um primeiro momento, esse processo de memorialização começa por uma vontade popular, digamos assim, em algum momento, parece que esse foco é perdido.

É necessário que haja interesse político pelo passado, para que seja possível conservá-lo. Em vez disso, Gravataí parece se ancorar cada vez mais em um passado cristão, açoriano e tradicionalista. As elites se mantêm escrevendo sua versão da história. Sendo assim, talvez as dificuldades enfrentadas para a permanência do museu não sejam a causa do problema, e sim mais um dos sintomas sentidos por esse processo de dominação.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Vinicius. *Os 45 Anos do Museu Agostinho Martha*. Giro de Gravataí. Gravataí, 30 de julho de 2019. Disponível em: <<https://www.girodegravatai.com.br/vinicius-do-amaral-os-45-anos-do-museu-agostinho-martha/>>. Acesso em: 14 de jul. de 2022.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. “Museus e Pedagogia Museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória.” In: *As várias faces do Patrimônio*, por LEPA. Santa Maria: LEPA/UFMS, 2006. p.119–140.

CAMARGO, Iuri. Quinta Cultural da CAERGS. In: *Canal do Youtube da CAERGS*. Youtube, 30 de junho de 2022. Disponível em: <[https://youtu.be/vWzPWhzZ\\_TM](https://youtu.be/vWzPWhzZ_TM)>. Acesso em: 19 de jul. de 2022.

CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. Tradução de: Maria Leticia Ferreira. 1ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016, 224 p.

CHAGAS, Mário de. Memória e Poder: dois movimentos. In: *Cadernos de Sociomuseologia*. n.19, 2002. p.35–67.

COSTA, Luciano Souza. *Anastácia, Manuel Barbosa e Ferreira Fialbo, famílias e territórios negros: tradição e dinâmica territorial em Gravataí e Viamão, RS*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal. Porto Alegre, 2007, 138 p.

CRUZ, Jairton Ortiz. *A festa do Divino Espírito Santo em Gravataí/RS ao longo dos séculos XX-XXI*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014, 142 p.

- DOHMAN, Marcus. O Objeto e a Experiência Material. IN: *Arte & Ensaios*. n.20, 2010, p.71–77.
- ELIADE, Mircea. Capítulo II — O tempo sagrado e os mitos. In: *O sagrado e o profano*. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 38–58.
- GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. L'interdisciplinarité em muséologie. MuWoP, n. 2, p. 58–59, 1981. *Apud*: GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Sistema da Museologia [1983]. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. Vol.1, 1ed., São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010a. p.127–136.
- JULIÃO, Leticia. Apontamentos sobre a história do museu. In: *Caderno de Diretrizes Museológicas*. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus. 2ed. 2006. p.17–30.
- JULIÃO, Leticia. *Os Museus e a preservação do patrimônio no Brasil*. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZARRA, Rafael Zamorano (orgs). 90 anos do Museu Histórico Nacional em debate (1922–2012). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014, p.173–186.
- MENDOZA, Celina A. Lértora. ¿Por que Hacemos Colecciones? In: *Episteme*. Porto Alegre, n.20, suplemento especial. 2005. p.217–228.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p.200–212.
- POMIAN, Krzysztof. Coleções. In: *Enciclopédia Einaudi — Memória-História*: Lisboa, Imprensa Oficial/Casa da Moeda. 1984. p.51–84.
- ROSÁRIO, Claudia Cerqueira do. O lugar mítico da memória. In: *Morpheus — Revista Eletrônica em Ciências Humanas*. Ano 1, n.1. 2002.
- SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. O Papel dos Museus na Construção de “uma Identidade Nacional”. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. XXX, Rio de Janeiro, 1996, p.21–36.
- SCHINDEL, Estela. Inscribir el pasado en el presente: memoria y espacio urbano. In: *Política y Cultura*. n.31. 2009. p.65–87.
- SMITH, Laura Jane. *Class, heritage and the negotiation of place*. Conference paper presented to the “Missing Out on Heritage: Socio-Economic Status and Heritage Participation”. 2009. 10 p. Disponível em: <[https://www.academia.edu/348666/Class\\_heritage\\_and\\_the\\_negotiation\\_of\\_place](https://www.academia.edu/348666/Class_heritage_and_the_negotiation_of_place)>[https://www.academia.edu/348666/Class\\_heritage\\_and\\_the\\_negotiation\\_of\\_place](https://www.academia.edu/348666/Class_heritage_and_the_negotiation_of_place)>. Acesso em: 19 de out. de 2020.
- VERGARA, Antonio Gabriel. *Invisibilidade/visibilidade: O guarani pré-colonial em Gravataí*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal. Pelotas, 2012, 120 p.